

27 JAN 1987

Solução para a crise ^{Econ. Brasil} JORNAL DO BRASIL

João Paulo de Almeida Magalhães

AS dificuldades atuais do país, são em termos econômicos, bastante simples e comportam solução de curto prazo. Os problemas são de fato dois: crescentes pressões inflacionárias e falta de artigos nas prateleiras das lojas e supermercados. Suas causas são também facilmente identificáveis. Em primeiro lugar, os preços de certos setores foram congelados, em fevereiro de 1986, em níveis insuficientes. Isso determina sejam pressões para seu aumento, seja desinteresse pela produção dos artigos com preços deprimidos. Em segundo lugar, configurou-se uma excitação da demanda, provocada tanto pela elevação dos níveis de emprego, quanto por um aumento real de salários de 20% (contra uma elevação do PIB *per capita* de somente 5%). Esse excesso da demanda pressiona preços para cima e provoca o rápido esgotamento dos produtos oferecidos pelo comércio.

Considerando-se que o Governo, mui justamente, recusa a recessão, as medidas corretoras dessas distorções se resumem no reajuste de preços defasados e no realinhamento de salários. Este último significa a colocação dos salários nos mais altos níveis compatíveis com a elevação do Produto em 1986. Na prática isso implicará, para algumas categorias, reajustá-las abaixo dos valores reais presentes embora mantendo-as acima dos níveis anteriores ao Plano Cruzado.

O *modus faciendi* é simples e igual para preços e salário. No caso dos preços se calculará, antes de mais nada, seus níveis reais médios antes do Plano Cruzado. Para tanto se procederá da forma a seguir descrita. Do último reajustamento até fevereiro tomá-se como base os preços reais efetivamente observados. Daí ao novo reajustamento previsto, levam-se em conta as "tabelas" adotadas pelo Governo para transformar cruzeiros em cruzados nos pagamentos a prazo. O valor encontrado deverá ser, em seguida, reajustado para compensar a

inflação de março a dezembro. Qualquer aumento concedido nesse intervalo será descontado.

No caso dos salários, como seus níveis reais médios já foram estabelecidos em fevereiro de 1986, bastará reajustá-los para compensar a inflação março-dezembro, descontando os aumentos já concedidos. Por motivos de justiça social ao valor encontrado seriam acrescentados os 5% correspondentes à elevação do PIB *per capita* em 1986.

Com o ajustamento de preços e realinhamento de salários, realizados nesses termos, ficam eliminadas as causas das pressões inflacionárias e escassez de produtos que constituem a essência das nossas atuais dificuldades econômicas. Neste momento se poderia voltar ao congelamento de preços e, portanto, às condições vigentes imediatamente após a adoção do Plano Cruzado.

Algumas observações complementares se fazem necessárias. O chamado gatilho salarial dificulta, ou até impede os ajustamentos acima, devendo ser eliminado.

Os ajustamentos de preços devem ser imediatos. A fórmula gradualista, além de prolongar o sacrifício nos setores com preços defasados, determina a retirada de produtos do mercado para aguardar sua elevação.

Diante da generalização dos ágios (que representam, embora ilegalmente, um ajustamento de preços do tipo acima proposto) é lícito afirmar que o grande problema atual é o da excitação da demanda. Esta só pode ser corrigida pela recessão, geradora de desemprego, ou pelo realinhamento salarial. Como a primeira é rejeitada, o segundo se torna absolutamente necessário.

A objeção ao realinhamento salarial nos termos aqui propostos é de que ele é "politicamente inviável". Ora, a arte da política consiste exatamente em convencer o povo a aceitar os sacrifícios comprovadamente indispensáveis. O risco de nossas lideranças é de, como consequência de tanto se esconderem atrás de "inviabilidades políticas", se tornarem, elas mesmas, politicamente inviáveis.

João Paulo de Almeida Magalhães é professor da UFRJ